



Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário

Resolução

Em defesa do Serviço Nacional de Saúde e contra a transferência de custos dos seguros de saúde para os trabalhadores A Direcção Nacional do SNTSF reunida no dia 16 de Janeiro de 2026, nas instalações da UNILISBOA, face às recentes alterações nos seguros de saúde colectivos promovidas por empresas públicas, designadamente a TTSL, a CP e a IP deliberam afirmar o seguinte:

1. A Constituição da República Portuguesa (CRP) consagra o direito à saúde como um direito fundamental de todos, incumbindo ao Estado a garantia de um Serviço Nacional de Saúde universal, geral e tendencialmente gratuito.
2. As empresas públicas, enquanto entidades do Estado, estão constitucionalmente obrigadas a respeitar e promover estes princípios, não podendo substituir o direito à saúde por mecanismos privados dependentes da lógica do lucro.
3. A prática de financiar seguros de saúde privados com recursos públicos foi apresentada como forma de proteger os trabalhadores, mas na realidade contribuiu para o desvio de verbas para seguradoras privadas, enfraquecendo o serviço público de saúde e criando uma falsa sensação de segurança.
4. Os recentes aumentos abruptos dos prémios dos seguros, agora transferidos para os trabalhadores, demonstram a fragilidade e injustiça deste modelo, transformando um suposto benefício num pesado encargo financeiro para milhares de famílias.
5. Esta situação viola os princípios da boa-fé, da protecção do trabalhador e da função social do Estado, sendo inaceitável que empresas públicas imponham aumentos desta magnitude sem negociação, transparência e respeito pelos direitos laborais.

Perante isto, os trabalhadores deliberam:

- a) **Reafirmar a defesa intransigente do Serviço Nacional de Saúde como pilar do Estado social e garantia do direito universal à saúde, independentemente das condições financeiras;**
- b) **Exigir às administrações das empresas públicas a abertura imediata de processos de negociação sobre os seguros de saúde, com suspensão de quaisquer aumentos impostos;**

- c) Rejeitar a transferência de custos para os trabalhadores decorrentes de decisões unilaterais, tomadas sem diálogo e sem respeito pelos seus direitos;**
- d) Apelar ao Governo para que reforce o financiamento e a capacidade de resposta do SNS, em vez de continuar a canalizar recursos públicos para o sector segurador privado, fazendo da doença um negócio muito lucrativo.**

O SNTSF/FECTRANS compromete-se a desenvolver todas as acções sindicais e cívicas necessárias para defender os direitos dos trabalhadores, a dignidade do trabalho e o carácter público, universal e solidário do sistema nacional de saúde, e, dessa forma, cumprir a lei fundamental do país, a CRP.

A Direcção Nacional

Lisboa, 16 de Janeiro de 2026